

SIGNIFICAÇÃO E RETIFICAÇÃO E O DISCURSO PÚBLICO¹

Michael A. Soubbotnik

UNIVERSITÉ DE MARNE-LA-VALLÉE

A insistência de Locke sobre a atividade do entendimento, o *workmanship of the understanding*, tende a acabar com as mitologias da presença oculta e das “profundezas” do sentido, para restitui-lo à perspicuidade [*perspicuity*], que por sua vez é a visibilidade e inteligibilidade das formas construídas pelo entendimento a partir da experiência. Instrumentos de operação do entendimento, os signos, tomados na alternância da transparência (quando eles significam ou representam) e da opacidade (quando tratados eles próprios enquanto coisas), não encerram nada mais que os elementos nos quais a análise os decompõe. A filosofia lockeana do conhecimento desemboca em uma “semiótica” que se apresenta como uma análise do uso e do abuso dos signos². Esta análise levanta a questão espinhosa dos critérios que nos permitem determinar se significamos o que dizemos e se a significação do que dizemos é partilhada. Locke é particularmente sensível ao caráter frágil e incerto da comunicação lingüística. Não que ele sustente a tese exorbitante de que seu destino seja estar em permanente “deficiência”, mas crê que sua “imperfeição” e suas incertezas estão longe de ser simples aberrações que a elaboração de uma “língua ideal” prometeria extirpar.

(1) Uma primeira versão deste texto, que se modificou aqui, apareceu no número de outubro de 1999 na revista *Travaux et Recherches de l'UML V*, Éditions de l'Université de Marne-la-Vallée.

(2) O termo é forjado pelo próprio Locke para designar sua empreitada no Livro III do *Ensaio sobre o entendimento humano*.

A linguagem exerce para Locke duas funções principais: registrar nossos pensamentos e comunicá-los a outrem³. Muitos comentadores consideram que a teoria lockeana da significação, embora dê conta da primeira função, cria obstáculos quase invencíveis à explicação da segunda. Locke seria um pensador da “linguagem privada”⁴ e, até mesmo, um pensador incoerente. Porém, o próprio Locke sublinha que a linguagem não é a posse privada de cada indivíduo mas a “medida comum do comércio entre os homens”. Mas a resposta que dá ao problema da comunicação entre os indivíduos é exatamente a mesma que fornece ao problema da comunicação consigo mesmo. Ela está no centro de sua “teoria semântica” e é a seguinte: as palavras são os signos arbitrariamente impostos de nossas idéias e as idéias que as palavras representam são “a significação primeira e imediata”⁵. Dar uma solução idêntica a dois problemas supostamente opostos parece conduzir à catástrofe, já que as palavras não podem representar nada mais do que as “idéias na mente daquele que as emprega”⁶.

(3) Locke, John, *An Essay concerning Human Understanding*, ed. by Peter H. Nidditch, Oxford, Clarendon Press, 1975, III.ix.1. (doravante *E*, seguido do livro, capítulo e parágrafo).

(4) Ver por exemplo Flew, A. G. N., in Jones, O. R. (ed.), *The Private Language Argument*, London, Macmillan, 1971, p. 6 ; O'Connor, D. J., *John Locke*, New York, Dover, 1967, p. 132.

(5) *E*, III.ii.1. Cf. III.ii.2, 4

(6) “As palavras em sua significação (*signification*) primeira e imediata não representam (*stand for*) senão as idéias na mente daquele que as emprega”, *E*, III.ii.2. “O sentido das palavras não sendo nada de outro que as idéias que quem as emprega as faz representar...” *E*, III.iv.6. Breve topografia das principais interpretações vigentes: Para Alston, Locke apresenta aqui uma teoria ideacional do sentido [*meaning*]. Uma expressão lingüística recebe um sentido determinado de seu uso regular na comunicação na qualidade de *marca* de certas idéias (Alston, William P., *Philosophy of Language*, Prentice Hall, 1964, p. 23). Yolton, o contrário, afirma que a relação entre a palavra e a idéia não é de modo algum referencial, mas que é uma relação significativa: o *sentido* ou a *significação* das palavras, isto são as idéias (Yolton, John, *Locke and the Compass of Human Understanding*, Cambridge, 1970, p. 208). Da mesma maneira, Kretzman sustenta que aquilo que Locke quer dizer quando fala em aplicar uma palavra a alguma coisa nada mais é que dar seu sentido ou sua significação (Kretzman, Norman, ‘The Main Thesis of Locke’s Semantic Theory’, in Tipton, I. C. (ed.), *Locke on Human Understanding*, Oxford, Oxford University Press, 1977, pp. 123-40). Distinguindo “significação pri-

Teoria da significação (*signification*) e teoria do sentido (*meaning*)

Um prognóstico tão sombrio convida a pensar que a teoria lockeana da significação não seria uma teoria da comunicação⁷. Um dos argumentos de Hacking e de Ashworth neste contexto é que a teoria lockeana da significação [*signification*] não é uma teoria do sentido [*meaning*]⁸. O debate sobre o tema oferece um espan-

meira e imediata" e "significação mediata", Locke formula uma distinção próxima àquela entre sentido e referência: as palavras significam (*signify, mean*) imediatamente as idéias e significam mediatamente (denotam) as coisas exteriores à mente. Para Odegard, Locke nos apresenta, ao contrário, duas teses que não distingue muito claramente. A primeira tese sustenta que empregamos as palavras para permitir a outrem (e também a nós mesmos, ao longo do tempo) saber quais idéias temos na mente. As idéias não são objetos dos sentidos e são internas, ao passo que as palavras (ou outros signos que lhes ocupem o lugar) são sensíveis e externas. Por conseqüência, as palavras nos são necessárias para informar a outrem sobre nossas idéias. Quanto à segunda tese, ela sustenta que o sentido que uma palavra tem para aquele que a emprega, no que este sentido se opõe à referência, deve ser uma idéia no espírito do locutor (Odegard, Douglas, 'Locke and the signification of words', *The Locke Newsletter*, 1, 1970, pp. 11-17). Landesman objeta a Kretzman e a Yolton que não se poderia atribuir a Locke uma distinção do tipo sentido/referência porque as coisas significadas e as coisas imediatamente significadas são idênticas. Não há lugar para distinguir as idéias das coisas externas porque as idéias são objetos intencionais, isto é, coisas concebidas (Landesman, Charles, 'Locke's Theory of Meaning', *Journal of the History of Philosophy*, xxiv, 1976, pp. 23-35). Para Soles, enfim, quando Locke afirma que "as palavras, em sua significação primeira e imediata, não representam nada mais do que as idéias na mente daquele que as utiliza" é preciso compreender que a função primeira das palavras é exprimir ou transmitir as proposições e que as proposições são concebidas como as crenças expressas pelas frases. E quando Locke escreve "o sentido de uma palavra é a idéia que a palavra representa na mente do usuário", ele quer dizer que o sentido que uma palavra tem para um indivíduo se identifica com a compreensão que tem este indivíduo da maneira pela qual a palavra deve ser empregada (Soles, David E., 'Locke On Ideas, Words, And Knowledge', *Revue Internationale de Philosophie*, 2/1988, n° 165, pp. 150-72).

(7) Cf. Hacking, Ian, *Why Does Language Matter to Philosophy ?*, Cambridge, Cambridge University Press, 1975, p. 44.

(8) *Ibid.*, p. 53. A tradução de *meaning* por "sentido" é puramente arbitrária. O importante aqui é simplesmente distinguir os dois termos. Cf. Ashworth, E. J., 'Locke on Language', in Ashcraft, R. (ed.), *John Locke. Critical Assessments*, vol. IV, London, Routledge, 1991, pp. 235-58.

toso panorama de posições discordantes. Ashworth aproxima a *signification* de Locke da *significatio* da escolástica tardia e pós-medieval; considerando (curiosamente, dado o número de passagens mencionadas) o emprego de *meaning* por Locke “raro”; mantendo a distinção, doravante corrente (ainda que frequentemente obscura), entre *mean* e *signify*, atribuindo a Locke um uso bastante “frouxo” do primeiro termo; enfim, concluindo por tudo isso que, já que Locke não confere a *meaning* o significado técnico que nós lhe damos (mas qual “nós”, e qual significado exatamente? sentido + referência?), ele não pôde construir uma teoria do sentido. A posição de Armstrong é sensivelmente diferente, pois sustenta que Locke acreditaria (mas sem razão) haver identidade entre a *significação* das palavras na comunicação e seu *sentido*. Quanto a Alston, ele atribui uma teoria específica do sentido a Locke. Confrontar a tese de Ashworth com o texto nos bastará para tomar neste debate uma posição que se aproxima daquela de Kretzman⁹ e de Ayers¹⁰, segundo a qual Locke se ocupa sim do sentido lingüístico, e daquela de Auroux¹¹, que sugere que a teoria lockeana é mais uma teoria *semântico-pragmática* do que uma teoria estritamente semântica¹².

No *Essay*, III.iii.10, ressaltando as limitações da definição por gênero e diferença específica, Locke explica que “definir as palavras não é senão declarar sua significação [*signification*]”, e precisa que a definição assim entendida consiste em “fazer compreender a outrem, por meio de palavras, que *idéia* o termo definido representa”. Portanto, o melhor meio de produzir uma definição é “enumerar as idéias simples que estão combinadas na significação [*signification*] do termo definido”¹³. Locke dá o seguinte exemplo: “se dissermos que *o homem* é uma substân-

(9) Cf. Kretzman, N., *op. cit.*

(10) Ayers, Michael, *Locke : Ontology and Epistemology*, London, Routledge, 1991, t. I, pp. 269-76.

(11) Auroux, Sylvain, “Le paradigme lockien et la science du langage”, *Revue Internationale de Philosophie*, 2/1988, n°165, pp. 133-49.

(12) Pensamos que é ao tomar as coisas sob este ângulo que se sai do labirinto.

(13) *E.*, III.iii.10.

cia sólida e extensa, dotada de vida, de sentimento e de movimento espontâneo, não duvido que o sentido [*meaning*] do termo “homem” seja igualmente bem compreendido e que a idéia que ele representa seja ao menos tão claramente comunicada quanto quando o definimos como um *animal racional*.”

Diante de passagens deste tipo, Ashworth admite que para Locke o sentido de uma palavra pode consistir em uma série de idéias, mas distingue a série de idéias que a definição enumera da idéia complexa que uma palavra significa¹⁴. Nesta ótica, a palavra empregada pelo locutor particular não tem *sentido* se este não puder analisar sua idéia complexa e exibir seus componentes elementares. É perfeitamente exato que Locke não conceba as idéias complexas como puros e simples agregados; o entendimento, ativo em sua composição, unifica de maneira determinada as idéias simples que compõem as complexas. É exato também que, ao definirmos um termo (quando lhe damos um *sentido*), enumeraríamos, segundo Locke, um certo número de idéias de menor complexidade. Em compensação, Locke estabelece uma distinção perfeitamente clara entre *sentido* e *definição*:

“definir nada mais é que mostrar o sentido [*meaning*] de uma palavra por meio de vários outros termos não sinônimos. Sendo o sentido [*meaning*] das palavras somente as *idéias* que aquele que as emprega as faz representar, mostra-se o sentido [*meaning*] de um termo qualquer, ou ainda, define-se uma palavra, quando, por meio de outras palavras, a *idéia* da qual a palavra é feita signo e que está impressa na mente do locutor é, por assim dizer, representada [*represented*] ou dada a ver [*set to the view*] a outrem, de modo que sua significação [*signification*] é assegurada”¹⁵.

Ashworth supõe poder deixar de lado esta passagem e todas aquelas que participam da mesma concepção, porque nela *mean* e seus derivados são empre-

(14) Ashworth, E. J., ‘«Do Words Signify Ideas or Things?»: The Scholastic Sources of Locke’s Theory of Language’, *Journal of the History of Philosophy*, 19, 1981, p. 326.

(15) E., III.iv.6. Ashworth menciona um certo número de passagens nas quais Locke utiliza *mean* ou *meaning* como um sinônimo de *signification*: E., Carta ao Leitor, I.iii.8, II.xxxii.9, III.ii.8, III.iii.10, III.iv.7, III.iv.14, III.vi.45, III.xi.27.

gados como sinônimos de *signify*, *stand for*, *represent*, etc. e porque estes termos não remeteriam ao sentido lingüístico. Entretanto, o que Locke exige de uma teoria do sentido seria, de uma parte, que ela explicasse o que fazemos quando perguntamos da maneira mais corrente o que queremos dizer por tal ou tal enunciado e, de outra parte, que fornecesse os meios para evitar certos “abusos de palavras” no uso filosófico da linguagem. Se esta interpretação é correta, o emprego do termo *meaning* por Locke não é “frouxo”, mas, ao contrário, estritamente coextensivo ao uso que ele faz da *significação*; e a distinção entre sentido e referência é assegurada, como sugere Kretzman, pelo caráter mediato ou imediato da relação do signo com aquilo que ele significa, sendo as palavras signos de signos.

Antes de fechar a discussão sobre este tema, resta examinar um texto que Ashworth brande como prova de que Locke, quando se exprime rigorosamente, distingue muito bem, de uma parte, *signification*, de outra, *sense* e *meaning*:

“Mas qualquer conseqüência que possa ter o fato de que um homem empregue as palavras de maneira diferente, seja do sentido [*meaning*] geral, seja do sentido [*sense*] particular que elas têm para a pessoa à qual se destina, é certo que, no uso que ele faz das palavras, a significação [*signification*] é limitada às suas idéias, e que elas não podem ser os signos de nada mais.”¹⁶

No parágrafo de donde esta passagem é extraída, Locke começa por rejeitar a teoria de uma conexão natural entre a palavra e a idéia explicando que, se acreditamos nela tão freqüentemente, é porque nosso uso repetido e familiar de certas palavras faz com que elas suscitem regularmente em nós certas idéias, de modo que somos tentados a tomar esta relação por natural. Donde a necessidade de reiterar enfaticamente a tese de que não somente as palavras nada significam senão nossas idéias particulares, mas ainda que esta relação provém de uma “imposição perfeitamente arbitrária”. À tentação nascida da regularidade, podemos por

outro lado opor um contra-exemplo tirado da incerteza da comunicação: é frequente que as palavras que empregamos não suscitem em outrem as mesmas idéias que aquelas com as quais as associamos nós mesmos. Irrompe então um novo argumento contrário àquele que seríamos tentados a extrair da regularidade do uso. A imposição arbitrária dos signos é solidária da “liberdade [...] inviolável” que têm os homens de anexar as palavras que quiserem às suas idéias. Nenhum monarca, nem mesmo Augusto no auge de seu poder, pôde prescrever aos seus súditos a idéia à qual eles deveriam anexar tal ou qual som em sua linguagem corrente. Comparação política num sentido restrito, que serve de argumento político num sentido mais amplo, ao qual Locke ajusta sua formulação quando prossegue: “É verdade que o uso comum, por um consentimento tácito, apropriou certos sons a certas idéias em cada uma das línguas, o que limita a significação de cada som de modo que, a menos que aplique o som àquela idéia, um homem não se exprime corretamente”. Enfim, ninguém se exprime corretamente se não suscita no ouvinte as mesmas idéias que ele tem para si mesmo quando fala. A última frase do parágrafo é aquela que citamos de início.

Locke não parece ter aqui por objetivo distinguir *meaning* (ou *sense*) de *signification*. A distinção, tripartite, dá-se entre as idéias que os sujeitos que falam uma certa língua têm habitualmente (ou podem presumir ter) quando empregam tal ou tal palavra, a idéia que pode suscitar o emprego de uma palavra em um ouvinte e, enfim, a idéia que tem o locutor ao empregar esta palavra. Locke fez simplesmente variar os contextos de sua tese central concernente à significação imediata das palavras, para levantar de maneira circunstanciada o problema da comunicação verbal, salientar uma das tentações suscetíveis de nos extraviar na concepção que temos de nossa linguagem e, finalmente, fechar a porta a uma das “soluções” possíveis aos problemas da comunicação, aquela da estipulação do sentido pela autoridade. Este texto não entra em contradição com aquele de III.iv.6 sobre a definição e eles até mesmo se completam. A estipulação autoritária fracassa justamente porque a definição não é o *meaning* e porque o *meaning* é a *signification* no sentido da tese central de Locke. Pelas mesmas razões, a enumeração de nossas idéias por um lado e, por outro, o respeito ao uso correto social-

mente (isto é, inter-individualmente) implantado podem servir de corretivos à falha de inteligibilidade. Este texto, finalmente, tanto pela referência ao uso quanto pelo caráter individualista da concepção do acordo entre os locutores, coloca o espinhoso problema da similitude interpessoal entre as idéias.

Idéia-signo e similitude interpessoal entre as idéias

Podemos introduzir este problema voltando a outro argumento central das teses de Hacking e Bennett. Segundo Hacking, Locke só se preocupa verdadeiramente com o sentido quando trata da aceitação comum de uma linguagem dada. Quando aceitamos comunicar numa certa língua, presumimos, no que diz respeito ao locutor, que a idéia significada pela palavra que empregamos é a mesma que significam, pela mesma palavra, todos os que falam a mesma língua (ou o mesmo dialeto). Mas Locke defrontar-se-ia aqui com a questão da similitude interpessoal entre as idéias. Seu fracasso em dar conta disso seria dramático, já que para ele há uma falha de inteligibilidade se ocorre às palavras que um locutor emprega não evocarem na mente do interlocutor as mesmas idéias às quais o primeiro as anexa. Visto de mais perto, o problema envolve duas questões bem diversas: o de saber se (e como) podemos ter idéias semelhantes e o de saber se esta similitude pode ser por nós conhecida. Os dois problemas devem ser distinguidos apesar da sua intrincação em certos textos¹⁷.

Um desvio é aqui necessário concernente à idéia-signo. Locke confere à idéia um estatuto de signo quando define sua "semiótica". Ele começa naturalmente lembrando que o ramo mais usual da semiótica é a lógica, pois o que chamamos mais comumente de "signos" são as palavras. Por uma generalização da função do signo ele a atribui, todavia, às idéias, pois "já que nenhuma das coisas que a mente contempla está, exceto ela mesmo, presente no entendimento, é necessário que alguma outra coisa, enquanto *signo* ou *representação* da coisa considerada, lhe esteja presente: estas são as idéias"¹⁸. Ainda mais explicitamente, Locke afirma

(17) Como, por exemplo, em E., III.ii.8 et III.iii.1.

(18) E., IV.xxi.4. Kretzman também considera que a idéia lockeana é um signo, *op. cit.* pp.123-40. A

que “os signos dos quais fazemos uso principalmente são ou idéias ou palavras”¹⁹. Esta concepção da idéia-signo se vincula à fé na experiência sensível presente na doutrina das idéias simples. Estas são sempre “verdadeiras”, “reais”, “adequadas”²⁰ e são, portanto, as marcas distintivas confiáveis que cumprem sua função quaisquer que sejam as diferenças desconhecidas que se situam, por assim dizer, “atrás” da distinção sensível. Ora, os signos que *indicam* qualidades ou poderes “representam-nos” no pensamento²¹, o que permite uma análise capaz de explorar tanto as certezas quanto os limites do conhecimento sensível. Mostra-se aqui ainda o alcance crítico da concepção lockeana de clarificação das idéias e sua estreita ligação com uma exploração dos usos da linguagem. O *new way of ideas* só pode levar Locke a tentar determinar, ou melhor, clarificar, o que podemos realmente fazer publicamente dos signos.

Já que as idéias são signos, podemos lhes aplicar uma distinção de ordem *type/token*. Por isso, mesmo que nossas idéias sejam particulares e não possam ser, num sentido banal, interpessoalmente semelhantes, nada impede duas pessoas de terem idéias *da mesma espécie*. Isto nos permite reformular as questões que nos ocupam da seguinte maneira: pessoas diferentes podem ter as mesmas *espécies* de idéias? se sim, como podem elas sabê-lo?

Precisemos melhor o que pensamos ser o quadro deste problema no que concerne à concepção que Locke fornece da significação e da comunicação lingüísticas. Ashcraft, muito corretamente, ressalta que, mesmo que Locke tivesse uma teoria do sentido (e pensamos que ele tem uma, idêntica à sua teoria da significação), não se poderia certamente esperar que esta teoria satisfizesse ao critério

concepção da idéia como “representação que é um signo” e que, daí, conduz a conceber o pensamento como “essencialmente comunicação” é desenvolvida na *Lógica de Port-Royal*, uma fonte importante de Locke. Sobre esta tese da *Lógica de Port-Royal*: comentários de Louis Marin em *La Critique du Discours*, Paris, Minuit, 1975, pp. 44-45.

(19) *E.*, II.xxxii.19.

(20) *Cf. E.*, II.xxxix.2.

(21) *Cf. E.*, IV.v.2-5, xxi.4.

de Michael Dummett e vise idealmente fornecer “uma especificação detalhada do sentido de todas as palavras e operações de formação de frases de uma linguagem, de modo a obter uma caracterização do sentido de todas as expressões e de todas as frases desta linguagem”²². Se não se deve esperar por isso, é principalmente porque, sugerimos, a teoria da significação de Locke implica uma concepção da significação como *tarefa*, que, neste sentido, é coextensiva à sua moral, a seu experimentalismo científico e à sua política, já que todos se apóiam sobre a criatividade do entendimento e sobre a responsabilidade do indivíduo. A teoria da comunicação será contextual e pragmática. Será também amarrada a uma noção que se diria “primitiva”²³ do consentimento que vem, na linguagem, reatar a liberdade do indivíduo de anexar signos às suas idéias ao dever interpessoal de inteligibilidade. Dito de outro modo, a comunicação pode ser bem sucedida apenas quando o locutor “consente”, como diz Locke, em anexar às suas idéias as mesmas palavras que seus ouvintes. Trata-se então de fornecer os meios de determinar o que podemos, o que não podemos e o que devemos esperar da comunicação lingüística em cada tipo de contexto: contextos de uso corrente, contextos de elaboração do conhecimento experimental, contextos de discussão “metafísica”, contextos de costumes sociais, contexto do debate político, contexto da moral racional, etc.

Para construir este quadro de análise contextual, é preciso erradicar os dois erros que a teoria da significação denuncia²⁴. O primeiro erro é considerar que as palavras de uma língua determinada têm necessariamente a mesma significação

(22) Dummett, Michael, ‘What Is A Theory Of Meaning ? (I)’, in *The Seas of Language*, Oxford, Clarendon Press, 1993, p. 1.

(23) “Primitiva” na medida em que ela constitui, do ponto de vista da “semiótica” lockeana, o embasamento da teoria (ela mesma contextual) do consentimento político. Sobre isso, ver Soubbotnik Michael A., *Théories du droit naturel et pragmatique*, Thèse de Doctorat, Nantes, 1995, pp. 583-99.

(24) Fortemente centrado na influência exercida por Boyle sobre a epistemologia de Locke, o estudo de Ayers coloca em evidência, com razão, este objetivo crítico. Cf. Ayers, Michael *Locke. Epistemology & Ontology*. I, chap. 30.

para todos os locutores. Locke se opõe àqueles que pensam que basta “empregar uma palavra segundo aquilo que imaginam ser a aceção comum da língua” para que possam supor “que a idéia da qual fazem um signo é precisamente a mesma que aquela à qual os homens instruídos do país aplicam o vocábulo”. Locke denuncia com isso um tipo de indolência diante da tarefa que constitui uma comunicação inteligível: “os homens não se detêm habitualmente em examinar se a idéia que eles mesmos têm e a que têm em mente aqueles com os quais conversam é a mesma”²⁵. As confusões decorrentes são particularmente graves no domínio moral quando o erro “projetado”, se se pode dizer, sob a forma de sistema filosófico conduz a pensar que as noções morais resultantes de formas de vida empíricas particulares são universais, e que são universais porque inatas.

O segundo erro consiste em pensar que as palavras ganham sentido ao denominar *imediatamente* as coisas tais como são nelas mesmas, independentemente das idéias que a experiência e a atividade do entendimento nos permitem forjar. Os homens caem freqüentemente neste erro pois “não desejariam que se pense que eles falam unicamente de suas próprias imaginações”²⁶. Querendo escapar assim da fantasia (*fancy*), reencontramo-la sob a forma de um pseudo-conhecimento de substâncias que exibiriam de algum modo sua essência real, e se ofereceriam por si mesmas complacentemente aos modos de classificação e de definição escolásticas por gênero e diferença específica.

Uma vez erigida a muralha da tese semântico-pragmática contra essas duas fontes principais de abuso das palavras, Locke encontra o problema de mensurar mais exatamente a amplitude e os limites da tarefa que incumbe ao locutor. Que ao sujeito falante incumba uma tarefa relacionada à obrigação moral de examiná-las, não é um simples apêndice da teoria. As línguas naturais são para Locke instrumentos, “caixas de ferramentas” (como dirá Wittgenstein), que nem as estruturas da mente nem as do mundo predeterminam. Tais ferramentas são de uma

(25) *E.*, III.ii.4.

(26) *E.*, III.ii.5.

grande plasticidade e não podem transmitir uma informação tão precisa e rigorosa quanto exige o contexto salvo se os locutores se preocuparem em explicar o que querem dizer e os ouvintes exigirem tais explicações²⁷. Poderíamos ser tentados a censurar Locke por não dar conta do êxito da comunicação por meio de sua teoria da significação. Porém, isso é justamente o que esta teoria está construída para não fazer, pois é elaborada em grande parte para combater a nossa ilusão comum, mas sobretudo erudita, de estar sem dificuldade investidos em uma espécie de transparência comunicacional: “a natureza mesma das palavras”, insiste Locke, “torna quase inevitável que a significação de um bom número delas seja duvidosa e incerta”²⁸. A imperfeição “natural” da linguagem não pode ser pensada separada da responsabilidade política, moral e cognitiva dos locutores²⁹, e é este laço que, muito explicitamente, a tese semântico-pragmática de Locke procura colocar em evidência³⁰. Se esta tese é uma armadilha, então Locke se lança nela com todo conhecimento de causa. Na realidade, acabamos de ver que a armadilha se coloca para Locke na concepção oposta, quer dizer, na crença em uma certa forma de perfeição que a linguagem poderia atingir ou reencontrar, crença que nos dei-

(27) Dar explicações e exigí-las deve ser mesmo uma *obrigação* quando se trata de moral: *E.*, III.xi.17. Para o conjunto dos casos: cf. III.x.22. No que concerne às técnicas discursivas utilizadas pelos melhores experimentalistas da Royal Society: Shapin, Steven & Schaffer, Simon, *Leviathan et la pompe à air. Hobbes et Boyle entre science et politique*, pp. 63-70.

(28) *E.*, III.ix.1.

(29) “Ao lado da imperfeição que se encontra naturalmente na linguagem, e da obscuridade e confusão tão difíceis de evitar no uso das palavras, há mais falhas e negligências das quais os homens se tornam culpados neste modo de comunicação e que fazem que eles tornem a significação dos signos menos clara e menos distinta do que ela deveria naturalmente ser”, *E.* III.x.1: uso das palavras na falta de idéias claras e distintas, e mesmo o uso dos signos sem que nada seja significado (III.x.2-4); inconstância no uso dos signos (III.x.5); obscuridade voluntária do discurso (III.x.6-13); confusão entre palavras e coisas (III.x.14-16); substituição das palavras por coisas que elas não significam e que não saberiam significar (III.x.17-21); suposição de uma conexão necessária entre a palavra e sua significação (III.x.22).

(30) *E.*, III.ix.4.

xa sucumbir à tentação de conceber seja que as palavras de uma linguagem significam sempre a mesma coisa para todos os locutores³¹, seja que, enquanto falamos, formulamos a própria realidade das coisas³².

Resta que o problema epistêmico da similitude interpessoal das espécies de idéias (“podemos saber que temos as mesmas espécies de idéias quando conversamos?”) torna-se ainda mais crucial se a interpretação do projeto lockeano que propomos é pelo menos plausível. Por um lado, a tese semântico-pragmática exerce um constrangimento extremamente forte sobre a comunicação, já que impõe aos locutores que empreguem apenas palavras que signifiquem imediatamente suas idéias, sob pena de não falar inteligivelmente³³. Por outro lado³⁴, a comunicação e a inteligibilidade supõem que as mesmas idéias (entendamos, as mesmas *espécies* de idéias) sejam suscitadas nos interlocutores pelas mesmas palavras.

A partir do momento em que abordamos a similitude interpessoal das idéias, deparamo-nos com um problema textual. Onde exatamente Locke trata deste problema? Hacking pensa que Locke o aborda unicamente no famoso experimento da calêndula e da violeta³⁵. Este experimento de pensamento propõe uma situação tal que a idéia produzida na mente de um homem pela visão de uma violeta seja constantemente a mesma que suscita em outro homem a visão de uma calêndula, e vice-versa. Segundo Hacking, a questão *não é* de saber se quando A mostra a B uma calêndula, B forma a mesma imagem que A quando este último olha uma violeta, mas de saber se quando A e B contemplam um prado semeado

(31) *E.*, III.ii.4

(32) *E.*, III.ii.5.

(33) A propósito, Locke considera como uma das provas da tese segundo a qual as palavras “significam somente as idéias *particulares* dos homens, *através de uma imposição perfeitamente arbitrária*” o fato de que falhamos “*constantemente* [grifo nosso] em suscitar nos outros (que empregam a mesma língua) as mesmas idéias das quais consideramos serem elas signos”, *E.*, III.ii.8

(34) e no mesmo parágrafo: *E.*, III.ii.8

(35) *E.*, II. xxxii.15

de calêndulas e cada um deles forma uma idéia de flor, esta idéia é diferente em um e em outro, sendo semelhante àquela que forma A quando descobre uma violeta num bosque. Nesta leitura, Locke sustentaria que se B, contemplando as calêndulas no prado de A, formasse aquilo que A chamaria de “idéia de violetas”, nenhuma falsidade seguiria, já que as idéias de A e de B não se confrontariam. Se a falsidade não pode provir do caso analisado por Locke, é porque, do ponto de vista de A, são *suas idéias e somente elas* que operam a mediação entre aquilo que lhe é interno e aquilo que lhe é externo, a mesma coisa valendo para B. Para Hacking, não se trata aqui de um problema de sentido lingüístico; donde conclui que, no único texto em que Locke aborda um dos problemas cruciais da comunicação, ele não fornece nenhum instrumento para sua resolução. Tal não é a estratégia argumentativa adotada por Bennett, para quem a passagem em questão relaciona-se ao problema do sentido. Locke trataria a dificuldade com desenvoltura e confundiria as duas seguintes questões: “O sentido que você dá a *violeta* é o mesmo que eu lhe dou?” e “As coisas de cor violeta o afetam sensorialmente do mesmo modo como me afetam?”. Segundo Bennett estas duas questões remeteriam a uma terceira: “Suas idéias de violetas são as mesmas que as minhas?”.

Hacking nos parece ter razão em pensar que Locke não se preocupa aqui *diretamente* com uma questão lingüística. Por sua vez, Bennett não deixa de ter razão ao dizer que Locke não oferece grande coisa aqui (não mais que alhures) a respeito de uma teoria do *meaning*, pelo menos se se considera que *meaning* e *signification* diferem para ele (o que não pensamos). Em compensação, ambos não têm razão em pensar que Locke toma a similitude interpessoal das idéias por tema principal de seu experimento. Seu verdadeiro objeto neste parágrafo é o problema da similitude de estrutura interna de nossos órgãos sensoriais. É surpreendente que na sua paráfrase do parágrafo criticado Hacking omite, ou antes, desloque a primeira frase que coloca claramente o problema: “Do mesmo modo, não haveria lugar para imputar a *falsidade* às nossas idéias *simples*³⁶ se, em razão da diferença de

estrutura de nossos órgãos, as coisas estivessem de tal modo constituídas que o mesmo objeto devesse produzir na mente de homens diferentes, ao mesmo tempo, diferentes idéias.” O que Hacking trata como parte secundária do argumento constitui propriamente o seu tema.

Locke afasta a hipótese que ele mesmo levanta, em primeiro lugar porque não temos nenhum conhecimento real deste tipo de diferença na estrutura corpuscular de nossos órgãos nem da relação exata entre esta estrutura e a essência real dos corpos. Ou melhor, do estrito ponto de vista fenomenal, “a mente de um homem não pode passar ao corpo de um outro para perceber quais aparências seriam produzidas por estes órgãos”. Em segundo lugar, Locke estima (por razões não mais corpusculares, mas fisiológicas e teológicas que ele esboça no parágrafo precedente) que a probabilidade mais forte se liga à hipótese de uma similitude de estrutura dos nossos órgãos dos sentidos. Enfim, mesmo se a hipótese da diferença fosse a correta, isto não afetaria em nada a verdade ou falsidade das idéias simples (dito mais rigorosamente: a falsidade ou a verdade das proposições que exprimem a relação de nossas idéias simples àquilo de que elas são as idéias), o que constitui o objeto do capítulo e da demonstração do acordo.

Deve-se concluir que Locke não trata em parte alguma do problema da similitude interpessoal das idéias? De modo algum. Ele está em questão alguns parágrafos antes, a propósito da doutrina da “dupla conformidade”. Podemos dizer³⁷ de nossas idéias que elas são verdadeiras ou falsas “cada vez que a mente refere uma ou outra destas idéias ao que quer que seja de exterior a elas”³⁸. Ao realizar este ato de referência, fazemos, com efeito, uma “suposição tácita de sua conformidade” com a coisa exterior, e esta suposição, exprimível numa proposi-

bosques, de estações e de impressões poéticas — do “caráter” de uma paisagem —, conotações que Hacking estima, injustamente, inevitáveis e que supõem uma avalanche de idéias complexas de substâncias, de modos e de relações), mas da *cor* violeta e da *cor* amarela.

(37) Esta é apenas uma maneira abreviada de falar, cf. *E.*, II.xxxii.1.

(38) *E.*, II.xxxii.4

ção, é suscetível de verdade ou falsidade. Se deixamos de lado a questão da conformidade com as essências reais, encontramos uma dupla conformidade: por um lado, com os objetos exteriores; por outro, com as idéias que têm as outras pessoas. Desta dupla conformidade depende a inteligibilidade da comunicação interpessoal. Locke estima que quando julgamos “a conformidade de nossas idéias segundo a conformidade que elas têm com as idéias de outros homens, idéias que estes últimos significam [*signify*] comumente pelo mesmo nome, qualquer destas idéias *pode ser falsa*”³⁹. Mais uma vez ressaltamos a restrição imposta a uma tese que pode parecer radical. Manifestamente, Locke quer somente dizer que meu julgamento de conformidade das minhas idéias com aquelas de meus interlocutores é *falível*. Mas ao dizer que posso falhar em meu julgamento, Locke pressupõe que posso determinar se meu interlocutor e eu temos as mesmas *espécies* de idéias. Se, portanto, nossas suposições a este respeito são falíveis e se podemos saber se elas estão corretas ou erradas (ou ao menos razoavelmente presumir sua verdade ou falsidade), deve existir um meio de nos assegurarmos. Este meio não pode identificar-se com a tese semântico-pragmática principal, já que esta tese apenas levanta o problema. Para passar da significação à comunicação, Locke precisa conceber um procedimento que permita regular a inteligibilidade de nosso discurso. Este procedimento existe; consiste naquilo que Locke denomina *retificar*.

A retificação

A retificação opera de maneira diferente segundo os contextos e as diferentes espécies de idéias significadas pelos nomes. Em particular, difere segundo as idéias sejam *simples* ou *complexas*. “As idéias simples são as menos suscetíveis de serem falsas”⁴⁰ e a retificação dos termos de nosso discurso que as significam efetua-se em função de um padrão que nos é *dado*. A passividade do entendimento

(39) *E.*, II.xxxii.9

(40) *E.*, II.xxxii.9.

garante aqui uma publicidade máxima⁴¹. No caso das qualidades secundárias, basta considerar nossas idéias simples como marcas distintivas, supor (suposição que, vimos, não é nem verificável nem falsificável, mas que nossas formas de vida nos obrigam de qualquer maneira a fazer) que nossos órgãos sensoriais têm a mesma estrutura e levar em conta os comportamentos de nossos semelhantes. A partir destes critérios públicos, a ostensão é suficiente⁴².

A retificação de nosso discurso no que concerne aos termos de idéias complexas coloca um problema mais delicado. O entendimento é ativo a respeito das idéias complexas, que são combinações de idéias simples “unidas sob um só nome geral”. A mente faz aqui “uso de uma espécie de liberdade” que explica por que a idéia que um homem forja do ouro ou da justiça é diferente daquela forjada por outro. “A questão é, portanto, a seguinte: quais são as coleções que concordam com a realidade das coisas e quais são as que não concordam?”⁴³.

Um breve esboço basta para determinar o quadro teórico em que Locke elabora sua resposta. A retificação de nosso discurso concernente às substâncias repousa sobre o uso de “arquétipos” em função dos contextos discursivos. Locke chama *arquétipos* os objetos que funcionam como “moldes” ou “motivos” (*patterns*) dos conceitos “especiais”⁴⁴ [*sortal concepts*]. Quando intervêm nas demonstrações matemáticas, eles garantem a aplicabilidade da construção instanciada a todos os outros casos possíveis. Assim, a definição ou idéia de um triângulo fornece o padrão ou arquétipo dos objetos particulares, *caso existam*. Isto porque “todos os dis-

(41) Na realidade ela não garante absolutamente nada, antes de ajustar-se à suposição razoável de que os órgãos sensoriais são constituídos da mesma maneira em todos os homens.

(42) E., III.iv.11, III.xi.14

(43) E., II.xxx.3

(44) Isto é, dos conceitos que servem para designar as “espécies” [*sorts*]. A “espécie” [*sort*] é uma construção do entendimento e da linguagem que não tem propriedades ontológicas tradicionalmente associadas à espécie [*species*]. Ela se aproxima mais da nossa moderna noção de “classe”, sem ter sua conotação lógico-matemática. As “espécies naturais” [*natural species*] são um tipo particular de “espécies” [*sorts*]. E., III, vi. 46.

cursos dos matemáticos a propósito da quadratura de um círculo, das secções cônicas ou de qualquer outra parte das matemáticas, não dizem respeito à existência de nenhuma destas figuras”. Suas demonstrações só dependem, assim, de suas idéias, que “são as mesmas haja ou não um quadrado ou um círculo existente na natureza.”⁴⁵. O arquétipo fornece o padrão de toda instanciação.

Este é também o papel que o arquétipo representa no caso das idéias abstratas de substâncias. Desta vez, entretanto, as idéias são sempre *inadequadas* aos arquétipos externos e podem ser apenas representações incompletas⁴⁶. Como compreender esta inadequação? Se dizemos que as essências nominais das substâncias tomam supostamente por modelo os arquétipos externos, concedemos uma certa *objetividade* às espécies naturais, no sentido em que supomos *condições ocultas* de pertencimento dos particulares [*particulars*] às suas espécies respectivas. Com efeito, a relação com os arquétipos externos parece implicar que certas propriedades que *não são* representadas na essência nominal *deveriam* estar inclusas nela⁴⁷ — a expressão “deveriam” a ser interpretada aqui como implicando as condições de pertencimento das particulares às “espécies” [*sorts*], não especificadas na enumeração das qualidades que figuram na essência nominal dos casos particulares. Se, todavia, lemos assim o critério arquetípico, a tese da inadequação de nossas idéias de substâncias relativamente aos modelos exteriores parece entrar em contradição com aquela outra tese segundo a qual as essências nominais determinam a referência dos termos “especiais” [*sortal terms*]. Ora, esta tese tem um alcance extremamente geral, já que vale também para todas as idéias de modos. Na realidade, não há contradição, pois os arquétipos, mesmo “externos”, são dependentes da mente ⁴⁸.

(45) E., IV.iv.8 ; II.xxi.8.

(46) E., II.xxxi.1.

(47) Cf. E., III.vi.47, III.ix.13, 17, II.xxxi.8, III.vi.31.

(48) Cf. Mattern, Ruth, “Locke on Natural Kinds as the Workmanship of the Understanding”, *The Locke Newsletter*, 17, 1986, pp. 45-87. Partilhamos inteiramente das suas posições a este respeito.

Que a teoria dos arquétipos possa operar nos casos dos modos mistos e nos das espécies matemáticas, significa que ela cobre exatamente o mesmo domínio que as “espécies”, isto é, que ela não se limita às espécies naturais. O ponto importante é o seguinte. Quando Locke menciona os arquétipos, conta na maior parte do tempo com a *intenção* que tem o entendimento de fazer com que suas idéias assumam o lugar de arquétipos ou estejam de acordo com eles. Assim, as idéias adequadas são aquelas que “representam perfeitamente os arquétipos dos quais a mente supõe que elas são tiradas”, ou seja, aquelas em que a *intenção* do entendimento é que assumam o lugar dos arquétipos. Quando se trata dos arquétipos de modos, Locke vai até sugerir que alguma coisa é um arquétipo porque o entendimento tem a intenção de que esta coisa funcione como tal⁴⁹.

O tratamento dado aos arquétipos de substâncias confirma a tese da dependência dos arquétipos com relação ao entendimento, o qual exerce uma escolha entre os candidatos à função de “molde” das essências nominais. Existem, com efeito, duas classes de arquétipos, que totalizam três tipos. Podemos nos remeter às “substâncias” nelas mesmas, isto é, aos arquétipos externos, e temos então a escolha entre (1) a essência real (mas Locke insiste nas dificuldades consideráveis suscitadas por esta opção) e (2) as qualidades sensíveis⁵⁰. Existe ainda um terceiro tipo de arquétipo, representado (3) pelas *significações* dos nomes. Para compreender esta última função, é preciso se reportar à distinção entre as essências nominais produzidas por um locutor individual e as essências nominais implantadas no uso comum. Assim, Locke menciona uma *rule of propriety*⁵¹ que governa as essências nominais: trata-se da regra que exige que as essências nominais forjadas por um locutor particular conformem-se ao uso ordinário (na falta de uma razão válida para não o fazer)⁵².

(49) Cf. em particular *E.*, II.xxxi.5.

(50) Cf. *E.*, II.xxxi.6.

(51) *E.*, III.ix.8.

(52) Cf. *E.*, III.x.31.

As duas categorias gerais de arquétipos de substâncias (arquétipos do uso ordinário e arquétipos externos) devem ligar-se aos diferentes tipos de uso do discurso, “civil” (ou seja, ordinário) e filosófico: o tipo de arquétipo que deve ser selecionado depende assim do objetivo em vista do qual a palavra é utilizada. Isto porque, num uso sensato, as coisas exteriores podem servir de padrões para revisar nossas essências nominais em função da *rule of propriety*⁵³ (é assim que as próprias essências reais, concebidas como arranjos corpusculares que nos são desconhecidos, desempenham o papel de hipóteses teóricas unificadoras na filosofia natural). A doutrina lockeana dos arquétipos, *tomada em sua integralidade*, deve ser compreendida como relacionando as operações discursivas aos seus *contextos* específicos. Assim, deve-se tomar as teses sobre a inadequação de nossas idéias de substâncias por verdades contingentes concernentes às essências nominais em seus contextos apropriados, e não por expressão de alguma verdade a respeito da natureza mesma das idéias de substâncias ou de condições ocultas de pertencimento às espécies. O emprego predominante de uma ou outra espécie de arquétipo, externo ou de uso, deverá estar adaptado aos diferentes contextos de interlocução. O de uso pode ser suficiente na vida cotidiana, mas a referência aos arquétipos externos se impõe em uma sessão pública de experimentação. No uso sensato, a retificação em função dos arquétipos externos e de uso deverá adaptar-se aos espaços públicos mais ou menos restritos da divulgação dos resultados experimentais e das hipóteses científicas. Parece, deste modo, que a teoria estritamente individualista e arbitrária da significação se prolonga num procedimento inter-individual de retificação que torna possível um consentimento fundado no exame.

Os termos de modos mistos⁵⁴ colocam um problema mais sério, já que aqui a relação entre os signos e a realidade inverte-se. Os modos mistos têm apenas

(53) *E.*, III.xi.24.

(54) Locke chama “modos” de idéias complexas aqueles que “não comportam em si a suposição de que existem por si mesmos, mas que consideramos como afecções ou dependências das substâncias” (*E.*, II.xii.4). Os modos mistos são compostos por várias idéias simples que se reúnem para formar idéias

uma realidade mental⁵⁵. A inteligibilidade do discurso no caso destes modos não pode portanto ser atingida da mesma forma que no caso dos nomes de substâncias.

Locke propõe uma primeira regra de ordem lógica: “exige-se simplesmente destas espécies de idéias, para torná-las reais, que sejam forjadas de tal modo que uma possibilidade de existência lhes seja conforme”. Uma idéia de modo misto não pode ser quimérica a menos que as idéias mais simples que a compõem sejam reunidas de maneira absurda e incoerente⁵⁶. Este critério mostra-se, todavia, insuficiente: “a pura e simples possibilidade de existir não basta”. Já que um modo misto é significado por uma denominação pertencente ao léxico de uma língua dada, aquele que tem o modo misto na mente deve usar esta denominação para dar a conhecer sua idéia a outrem⁵⁷.

Locke retorna a este tema de maneira mais precisa no Livro III. No caso dos modos mistos, a relação que une espécies, essências e denominações gerais é particularmente estreita. O nome é o que “parece”⁵⁸, com efeito, “preservar estas essências e lhes dar uma persistência durável”⁵⁹. Se a conexão entre os componentes do modo é fruto da atividade do entendimento, “esta

complexas. Não se deve considerar as idéias simples que entram em sua constituição como os indícios característicos de seres dotados de uma existência estável (como é o caso para as idéias de substâncias). Estas são, ao contrário, idéias esparsas e independentes reunidas pela mente (E., II.xxii.1), que não têm estabilidade senão no seio de uma “forma de vida” e em virtude de suas denominações. “Avô”, “hipocrisia”, “homicídio”, “justiça” e “generosidade” são exemplos de modos mistos.

(55) E., II.xxx.4. Cf. II.xxxi.3.

(56) E. II.xxx.4.

(57) E. II.xxx.4.

(58) Fórmula retórica? Não cremos. O nome não é suficiente, e isto em razão mesmo da importância que reveste o *uso comum* na administração dos termos de modos mistos. Os modos mistos são mantidos pelas “formas de vida”, por definição “públicas”. Ao indivíduo, em compensação, cabe sempre a tarefa, e até a obrigação, de retificar e clarificar seu discurso.

(59) E., III.v.10.

união, que não possui qualquer fundamento particular na natureza, cessaria novamente se alguma coisa não mantivesse [as idéias] de algum modo juntas e não impedisse suas partes de se dispersarem". A mente fabrica a coleção; o nome, o "nó".

Uma tal dependência com relação às denominações e a falta de arquétipos externos coloca de maneira mais aguda do que nunca o problema da conformidade entre as idéias dos locutores de uma mesma língua⁶⁰. Ora, Locke afirma que "quando pensamos que um homem tem uma idéia falsa da *justiça*, da *gratidão* ou da *glória*, a única e exclusiva razão é que ele não está de acordo com as idéias das quais cada um destes nomes é signo nos outros homens"⁶¹. Além da regra de coerência, nossos modos mistos devem, portanto, estar em conformidade "com a significação ordinária de suas denominações" seguindo uma regra de *propriety of speech*, de "correção do discurso"⁶². Mais do que nunca, a comunicação testemunha seu caráter ao mesmo tempo incerto e público⁶³.

A dificuldade é de uma certa maneira sua própria solução. Já que um modo misto é seu próprio arquétipo, é suficiente para que um locutor se torne inteligível a outrem que ele forneça a definição nominal (que é ao mesmo tempo a definição real), de tal modo que esta definição seja confrontada àquela dos termos em vigor no uso comum⁶⁴. É esta definição comum é ela mesma retificável se for preciso, já que os termos morais em uso, inseridos em formas de vida determinadas, são avaliados quanto à sua retidão em comparação com as obrigações fundamentais da lei da natureza. Daí se segue que é a própria liberdade do entendimento, em seu alcance moral e ontológico, que ao mesmo tempo produz e retifica o que

(60) Cf. Ashworth, E. J., 'Locke on Language', *loc. cit.* pp. 248 ss.

(61) *E.*, II.xxxii.11.

(62) *E.*, II.xxx.4.

(63) *E.*, II.xxxi.4, II.xxxii.10.

(64) *E.*, III.xi.17-18.

produz no espaço público, do qual deve garantir o exercício. Quando falo, para Locke, faço-o não somente em meu nome mas também em nome dos outros membros da minha comunidade lingüística: os critérios de significação são *nossos* critérios. A teoria da retificação implica, todavia, por um lado, que estou autorizado a dizer o que dizemos e não dizemos (a formular enunciados do tipo: “em tal situação diríamos *x* mas não diríamos *y*)” e, por outro lado, que nada garante absolutamente que aquilo que digo dizermos é verdadeiramente o que dizemos. Ela implica, enfim, que o que me dá “o direito” de me referir a tal ou tal critério de significação em nome de meus semelhantes não se reduz a uma simples generalização a partir do que penso poder dizer daquilo que dizemos, mas é sim o correlato de uma espécie de dever discursivo de endossar a responsabilidade. Neste sentido, a doutrina lockeana da responsabilidade moral e política enraíza-se numa concepção da responsabilidade de cada ser falante com relação à língua que fala e ao uso que dela faz em seu discurso.

RESUMO

A linguagem cumpre para Locke duas funções principais: registrar nossos pensamentos e comunicá-los a outrem. Numerosos são os comentadores que consideram que a teoria lockeana da significação, dando conta da primeira função, erige obstáculos quase insuperáveis à explicação da segunda. Tenta-se aqui mostrar que, em Locke, sua fragilidade, longe de ser um obstáculo à comunicação lingüística, é a sua própria condição de possibilidade no seio de um espaço público onde cada locutor é responsável, diante de si mesmo e diante de outrem, pela inteligibilidade de seu discurso. Desta maneira, a teoria lockeana dos signos mantém uma estreita relação com sua teoria moral e política.

Palavras-chave: Locke, linguagem, significado, ética, política.

ABSTRACT

According to Locke language accomplishes two main functions: to register our thoughts and to communicate them to somebody. There are many commentators who consider that Locke's theory of meaning, when accomplishing the first function, erects obstacles to the explanation of the second that are almost unbeatable. Here one tries to show that, in Locke, his fragility, far from being an obstacle to the linguistic communication, it is its

SIGNIFICAÇÃO E RETIFICAÇÃO E O DISCURSO PÚBLICO

ANALYTICA

volume 7
número 2
2003

condition of possibility in the midst of a public space where each speaker is responsible, for himself and for somebody, by the intelligibility of his speech. Thus, Locke's theory of signs keeps a narrow relation with his moral and political theory.

Keywords: Locke, language, meaning, ethics, politics.

Tradução de *Daniel Quaresma F. Soares*

Recebido em 10/2003

Aprovado em 03/2004